



Argumentum

E-ISSN: 2176-9575

revistaargumentum@yahoo.com.br

Universidade Federal do Espírito Santo
Brasil

Silva do NASCIMENTO, Lissa Crisnara
Feminismo e autonomia: organização feminista em Natal (RN)
Argumentum, vol. 7, núm. 1, enero-julio, 2015, pp. 152-166
Universidade Federal do Espírito Santo
Vitória, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=475547144013>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

ARTIGO

Feminismo e autonomia: organização feminista em Natal (RN)

Feminism and autonomy: feminist organization in Natal (RN)

Lissa Crisnara Silva do NASCIMENTO¹

Resumo: O feminismo concretiza sua construção teórica e prática no movimento feminista – primeira forma de apresentação da mulher enquanto sujeito político – propondo um projeto de sociedade fundamentado na liberdade e autonomia das mulheres. A noção de autonomia no feminismo logo se coloca enquanto teoria e ação para a construção horizontal e autodesignada das mulheres no projeto de transformação social. Dessa forma, analisamos as novas expressões do feminismo, tendo como pressuposto as novas organizações autônomas de mulheres enquanto antíteses da institucionalização do movimento feminista. Buscou-se, através de uma pesquisa documental referente ao Coletivo Autônomo Feminista Leila Diniz, da cidade de Natal (RN), compreender a noção de autonomia no processo de organização de mulheres.

Palavras-chave: Feminismo. Autonomia. Organização de mulheres.

Abstract: Feminism realizes its theoretical and practical construction in the feminist movement - first presentation of women as political subject - proposing a reasoned society project in the freedom and autonomy of women. The notion of autonomy in feminism, therefore, arises as a theory and action to landscape construction and self-appointed women in the project of social transformation. This, we analyze the new expressions of feminism, with the assumption: the new autonomous organizations of women as antitheses of the institutionalization of the feminist movement. Sought through a documentary research in the 'Coletivo Autônomo Feminista Leila Diniz' Natal city (RN), understand the notion of autonomy in the organization process of women.

Keywords: Feminism. Autonomy. Women organization.

Submetido em: 24/01/2015. Aceito em: 23/04/2015.

¹Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN, Brasil) e professora do curso de Serviço Social pela Universidade Potiguar (UnP, Brasil). E-mail: <lissachrisnara@gmail.com>.

Introdução

Ao longo do tempo, a seguinte premissa tem fundamentado o feminismo: esse movimento, enquanto sujeito político das mulheres, desde sua primeira expressão na França, em 1789, afirma-se e deve ser considerado como “[...] elemento imprescindível, em qualquer processo de transformação radical das relações sociais” (GURGEL, 2009, p. 8).

Nessa perspectiva, as feministas questionam e alertam para as demarcações do homem enquanto sujeito universal, chamando atenção para as problemáticas advindas dessa universalização, numa tentativa de desmistificar a perspectiva de igualdade diante das desigualdades entre homens e mulheres nos espaços da vida social.

Particularmente na América Latina, o feminismo terá a participação ativa de mulheres do campo popular atualizando demandas, na perspectiva de totalidade da vida social, e enriquecendo a organização e teoria feminista com demandas da imediaticidade cotidiana, que se expressa, segundo Gurgel (2009, p. 21), na “[...] extrema pauperização e invisibilidade política.”

Ao tomar a noção de autonomia – expressa em uma organização sem hierarquias, pautada na horizontalidade da luta estratégica –, o pensar e o fazer do feminismo se constitui como aquele que parte da autodesignação das mulheres.

Dessa forma, dialogaremos sobre o Coletivo Autônomo Feminista Leila Diniz, de Natal (RN), a fim de compreender como se estabelece a relação com o feminismo

autônomo e como esse coletivo tem buscado consolidar discursos e estratégias autônomas enquanto sujeito político.

Para tanto, esse trabalho analisa as recentes expressões do feminismo, tendo como pressuposto as novas organizações de mulheres enquanto antíteses (negação) da institucionalização do movimento feminista que se deu nos anos de 1980, período no qual, segundo Gurgel (2014), a noção de autonomia atribuída ao feminismo deslocou-se da perspectiva de autodeterminação do movimento de mulheres para o terreno da institucionalidade das Organizações Não Governamentais (ONGs).

Em síntese, constituiu-se sujeito-objeto dessa investigação o Coletivo Autônomo Feminista Leila Diniz, formado por mulheres de múltiplas identidades: anarquistas, mulheres vinculadas à Articulação Brasileira de Mulheres (AMB) e jovens. O grupo organizou-se autonomamente a partir do legado da ONG Coletivo Leila Diniz, que há pouco deixou de existir enquanto instituição. Essas mulheres assumem uma identidade diversa e atuam, na cidade de Natal (RN), a partir de ações “artivistas” – termo usado por elas, que faz menção a arte e ativismo – contra culturais e, nacionalmente, por meio de frentes feministas, como a Frente Nacional Pela Desriminalização e Legalização do Aborto.

Logo, esse trabalho fundamenta-se por meio de uma pesquisa documental feita sobre o grupo feminista supracitado, na qual foram discutidos três documentos referentes ao grupo: a carta aos(as) “Amigos(as) e Parceiros(as)”, texto redigido pelo grupo ainda enquanto ONG; uma reporta-

gem sobre o Coletivo Leila Diniz (ONG); e o manifesto atual do grupo autônomo.

1 Feminismo, história e teoria: a emergência do feminismo autônomo

A Revolução Francesa, ocorrida no final do século XVIII, foi um marco histórico das primeiras mobilizações e reivindicações por igualdade construídas por mulheres². Essas mulheres, então organizadas, entraram em resistência às relações de submissão postas ao sexo e afirmaram que não haveria igualdade enquanto a dualidade do público e do privado e, com isso, a desigualdade entre os sexos continuasse existindo (GURGEL, 2009). Segundo a autora, “[...] as mulheres realizaram ações radicais de combate à sua exclusão da soberania popular, inaugurada com a sociedade moderna que se propôs a eliminar todo tipo de desigualdade já que insurge com o lema da *igualdade, liberdade e fraternidade*” (GURGEL, 2009, p. 9, grifo da autora). Nesse sentido, a legitimidade dessa resistência pautava-se no questionamento aos domínios do político, com sua negação à participação das mulheres, desnaturalizando-as da esfera pública e de suas relações. Logo, suas reivindicações se caracterizaram pela centralidade da luta pela igualdade.

A história do Movimento Feminista retrata que, mesmo articuladas às organizações de esquerda, compromissadas com a classe e com a luta socialista, a bandeira feminista

²“Marcaremos nossa discussão sobre o feminismo a partir da Revolução Francesa em virtude da centralidade da luta pela igualdade, pautada pela coletivização das mulheres tanto proletárias quanto burguesas, em busca da afirmação política do sexo e ainda para as mulheres da classe trabalhadora na transformação social.

de direito ao trabalho encontrou resistência diante dos próprios trabalhadores. O receio de perder postos de trabalho para as mulheres e a reafirmação da hierarquia na família, por meio dos valores de organização da sociedade burguesa, legitimaram, na época, a contraposição dos homens.

No entanto, Álvarez González (2010) expõe que as mulheres não se aquietaram a esse domínio patriarcal das organizações de esquerda, enquanto que Clara Zetkin – figura alemã feminista e socialista de destaque internacional do século XIX – propunha o compromisso dos partidos socialistas na luta pelo sufrágio universal feminino³.

A perspectiva da aliança entre a luta de classes e a luta das mulheres, devido a autodeterminação destas, deixava clara a perspectiva de classe tomada pelo movimento de mulheres socialistas que, apesar de reconhecerem as conquistas reais pautadas pelas feministas burguesas, confrontavam as suas perspectivas de luta.

É nesse terreno que a noção de auto-organização do feminismo ganha ampla discussão. Na medida em que pautar a liberdade da mulher dentro de organizações

³“A reivindicação pelo direito ao sufrágio mobilizou as mulheres por sete décadas em diferentes países e regiões do mundo. De início, tanto nos Estados Unidos quanto em alguns países da Europa, as sufragistas tinham como estratégia a busca de apoio parlamentar a partir de uma ampla mobilização popular. Assim, o movimento chegou a envolver milhões de mulheres e realizou inúmeras ações de grande envergadura social. Esta estratégia é abandonada nos inícios do século XX, quando parte das organizações sufragistas passam a adotar ações mais radicais e são duramente reprimidas pelo Estado, segundo Alves e Pitanguy (1991)” (GURGEL, 2009, p. 13).

lideradas por homens e direcionadas por valores patriarcais de sociedade não daria conta de suas bandeiras de luta, tornou-se urgente um espaço e uma organização construídos por mulheres, onde suas particularidades de ser social fossem o palco central das lutas.

Costa (2005) destaca a especificidade nas organizações feministas latino-americanas em sua relação com as organizações de esquerda, nas quais as feministas das décadas de 1960-1970 rompem com as organizações de esquerda, em termos organizativos, à medida que reconhecem o sexism que baliza as relações orgânicas dos coletivos. Todavia, essas mulheres não perdem de vista seus vínculos ideológicos e seu compromisso com a mudança radical das relações sociais de produção, mesmo continuando a luta contra o sexism dentro da esquerda.

Em relação às manifestações das feministas daquela época, é importante destacar, “[...] a articulação estratégica entre a luta pela autonomia e autodeterminação das mulheres com a busca incessante da emancipação humana, frente às forças destrutivas do capital” (GURGEL, 2009, p. 14). De modo que as bandeiras de lutas trazidas pelas mulheres centravam-se na denúncia e no enfrentamento da ordem patriarcal dominante, assim como nas contradições do sistema capitalista-racista.

No que condiz ao contexto brasileiro, Godinho (2004) expõe que a participação das mulheres no mundo público é uma das mudanças mais marcantes na segunda metade do século XX, pois apesar de ter a cidadania formalizada por meio do voto em 1932, a presença da mulher como sujeito

político só emerge com o movimento de caráter feminista a partir dos anos 1970.

As décadas de 1970 e 1980 representaram um período também de crescimento maciço na participação política das mulheres. A presença em movimentos sociais ativos, respondendo às novas demandas surgidas em particular nas grandes concentrações humanas, introduziu novas formas de sociabilidade e oportunidades para as mulheres fora do âmbito familiar (GODINHO, 2004, p. 151).

Segundo Souza-Lobo (2010), a prática feminista brasileira é marcada por três momentos: 1º - Articulação das lutas contra as formas de opressão das mulheres e as lutas pela redemocratização (década de 1970) – o Estado era o inimigo comum dos movimentos; 2º - Reorganização partidária e descaracterização das práticas autônomas dos movimentos (de 1980 a 1982), no qual o discurso feminista invade os discursos partidários, mas as práticas autônomas são reduzidas; e 3º - Ocupação de novos espaços governamentais pelos movimentos, o que gera polarização entre as feministas que queriam ocupar esses espaços e as que insistiam na exclusividade dos movimentos como espaços das feministas.

Acerca do assunto, Costa (2005, p. 17) ainda argumenta que “[...] a atuação do feminismo em nível institucional, isto é, na relação com o Estado, nesse e em outros momentos, não foi fácil de ser assimilado no interior do movimento.” A relativa perda de autonomia e as perspectivas focalizadas – tendo em vista as políticas públicas conquistadas e que deveriam ser implementadas pelo governo – de enfrentamento à opressão patriarcal inquietavam os grupos que se pro-

punham a ações radicais e de maior combatividade.

O feminismo, assim, se defrontava internamente com uma multiplicidade de tensionamentos, tendo em vista as diferentes experiências de opressões sofridas pelas mulheres e suas diversas formas de enfrentamento individual e coletivo (GURGEL, 2014).

Os anos iniciais da década de 1990 foram caracterizados pela apresentação de uma considerável fragilidade dos organismos de governo para com as mulheres, os quais em atendimento às determinações dos organismos internacionais (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional), intensificaram a mercantilização dos direitos e cortes nos gastos sociais. Com isso, o bloqueio conservador dominante do Estado desacreditava do movimento feminista autônomo.

Todavia, Gurgel (2014) discute que, em finais dos anos de 1990, a autonomia, enquanto elemento fundamental ao sujeito político do feminismo, deslocou-se da perspectiva de autodeterminação do movimento de mulheres, em relação a partidos políticos, para a dimensão de institucionalidade das ONGs que se consolidavam. As ações feministas, então, se condicionavam intensamente aos ditames do Estado e dos organismos financiadores de projetos sociais.

[...] essa transformação contribuiu para a profissionalização de militantes que se distanciam cada vez mais de uma atuação na base social, ao assumirem um fazer política que reproduz as esferas de hierarquização e centralidade decisórias, fenômenos cuja negação é um dos fundamen-

tos teórico-político do feminismo como sujeito coletivo (GURGEL, 2014, p. 63).

Foi nessa conjuntura que se estabeleceram os grupos de mulheres que são sujeitos desse artigo, o Coletivo Autônomo Feminista Leila Diniz⁴, que em 2013 ainda era organizado como ONG Coletivo Leila Diniz (CLD). Segundo reportagem de julho de 2014 do Novo Jornal,

O CLD foi fundado há 13 anos por um grupo de mulheres que já atuavam no movimento feminista nacional. A instituição teve como missão contribuir para a democratização do Estado e da sociedade, através da igualdade de gênero, com justiça social a partir de uma perspectiva feminista. Em seu nome fez homenagem à atriz Leila Diniz, símbolo de liberdade sexual, transgressão e emancipação da mulher. E teve como objetivo central fortalecer a luta nos movimentos de mulheres e feminista local, como o Fórum de Mulheres do Rio Grande do Norte (NOVO JORNAL, 2014).

Logo, desde 2002 o CLD passou a construir ações feministas junto ao Estado, especificamente na cidade de Natal (RN). Refletindo acerca da própria atuação, em uma carta aos(as) Amigos(as) e Parceiros(as), enviada no ano de 2013, o coletivo declara:

Ao longo desse período, firmamos parcerias na luta por uma sociedade mais justa e nos tornamos uma referência ao cons-

⁴Em termos gramaticais, tomaremos a discussão quanto a esse grupo no plural, a partir do pressuposto de que nele se constituem politicamente diversos coletivos internos, expressos por diversas demandas, experiências, estratégias de ações e identidades.

truir uma força política na cidade de Natal pautado em projetos e ações contraculturais, na intervenção na agenda pública, na formação de lideranças de base e no enfrentamento das lutas cotidianas na busca por melhores condições de vida para as mulheres natalenses (COLETIVO LEILA DINIZ, 2013).

Essa carta teve como temática central a transição organizativa pela qual o grupo precisaria passar, saindo da estrutura de ONG para a de organização autônoma. As dificuldades com o financiamento das ações se tornou algo incontornável, acerca dessa condição, o Coletivo Leila Diniz, como segue relatando a carta,

[...] apesar da reconhecida trajetória, [...] tem enfrentado dificuldades para manter as suas atividades. Desde a nossa criação, a mobilização de recursos para a nossa sustentabilidade advém da aprovação de projetos em editais públicos. Com a economia do país fortalecida, os convênios com agências de cooperação internacionais vêm diminuindo, comprometendo a sustentabilidade das organizações não governamentais. Esse reflexo é sentido principalmente em organizações que tem sua atuação voltada para a formação política, educação, acesso aos direitos humanos, cultura e fortalecimento dos movimentos sociais, como é o nosso caso (COLETIVO LEILA DINIZ, 2013).

A realidade do CLD apresenta os dilemas postos à institucionalização do movimento feminista, tendo em vista as amarras políticas das ações sob o controle do Estado, assim como os interesses divergentes nessa relação neoliberal de concorrência. Como demonstram na supracitada carta:

Portanto, não são tantos os editais que atendem ao nosso perfil institucional e, dentre estes, nos preocupamos em selecionar apenas os que estejam de acordo com nosso projeto político institucional. Na concorrência em editais que provêm de recursos públicos, também enfrentamos dificuldade de acesso, pois, o sistema de convênios estabelecido pelo governo federal coloca as organizações governamentais no mesmo patamar de disputa por recursos com outras organizações da sociedade e até mesmo com as prefeituras (COLETIVO LEILA DINIZ, 2013).

Se expressa nessa forma de fazer a luta contra a opressão sofrida pelas mulheres o que Gurgel (2014) discute quanto nível de dependência financeira e exigência burocrática diante da profissionalização de militantes. Segundo a autora, a liberdade na construção de estratégias, compreendendo o movimento feminista enquanto sujeito político, perde em amplitude e efetividade.

Esta situação nos fez refletir, durante os últimos três anos, a respeito de como seguir existindo, dado o peso de uma organização não governamental, em que suas militantes também são profissionais e seu trabalho teria que ser remunerado. Não temos mais como nos manter nesse formato, mas, feministas e militantes que somos, em função de nossa opção de transformar o mundo pelo feminismo, decidimos encerrar o CNPJ do Coletivo Leila Diniz, ou seja, concluímos aqui a vida do Coletivo Leila Diniz como uma ONG e renasceremos como um grupo de militância (COLETIVO LEILA DINIZ, 2013).

Esse direcionamento político, expresso no documento, reforça a nossa hipótese de que

o surgimento de novas organizações de mulheres indica um movimento de antítese ao processo de institucionalização do movimento feminista nos anos de 1990 e 2000. A carta continua:

Seremos, então, o **Coletivo Autônomo Feminista Leila Diniz**. Este é um momento que estamos chamando de “queda para o alto”. Que nos desafia a encerrar uma organização com 12 anos de vida e dar início a uma nova caminhada, com uma organização autossustentável e 100% militante, cujas contribuições virão de todas nós, que desejam transformar a realidade machista e colaborar ativamente nesse processo (COLETIVO LEILA DINIZ, 2013, grifo do coletivo).

Compreendemos, assim, o Coletivo Autônomo Feminista Leila Diniz como uma nova expressão do feminismo, construído em uma perspectiva combativa, que retoma a noção de autonomia do movimento e agrupa novos valores feministas, de mulheres que proclamam:

Somos seres humanos, gente que não se define pela normatividade, pelas regras, somos putxs, bichxs, negrxs, vadixs, degeneradxs, afetetadxs, grisalhxss, Lésbicas/sapatão, bissexuais, desnaturadxs, insubmissxs, despadronizadxs, monstrxs, gordxs, loucxs, ávidxs por liberdade, desbocadxs, revoltadxs, autônomxs, indignadxs, histéricxs, combativxs, desmanteladxs, artivistas, possuídxs, empoderadxs, desequilibradxs, piruetes, periféricxs, maconheirxs, vândalxs (COLETIVO AUTÔNOMO FEMINISTA LEILA DINIZ, 2014, p. 1[sic]).

Esses novos sujeitos, que constroem as organizações de mulheres, trazem consigo

novas formas e experiências para organização da luta feminista. As experiências já vividas podem, assim, contribuir para a superação do que não deu certo em outras formações organizativas de se fazer a luta coletiva das mulheres.

Nessa linha de análise, sobre a transição de institucionalidade à organização autônoma, as feministas do Coletivo Autônomo Feminista Leila Diniz expõem:

Autônomo porque essa foi nossa primeira pauta e decisão coletiva. Queríamos caminhar com nossas pernas, de forma independente de partidos políticos e sindicatos. Somos auto organizadas, descoladas de organismos verticalizados, com hierarquias e concentração de poder, protagonizamos nossa própria luta (COLETIVO AUTÔNOMO FEMINISTA LEILA DINIZ, 2014, p. 1).

Partindo das discussões de Gurgel (2004), a noção de autonomia propõe, assim, uma ampliação substancial do sentido atribuído ao sujeito. Logo, a autonomia se relaciona ao elemento central do feminismo, a liberdade⁵.

Ser feminista é caminhar rumo a sua autonomia pessoal e, ao mesmo tempo, lutar coletivamente pela autonomia e liberdade de todas as mulheres. O feminismo é, neste sentido, um projeto de vida, e isso exige coerência entre o nosso pensar, sentir e

⁵A realidade de ação do feminismo, caracterizada pela estratégia de atuar nos pontos comuns, nas particularidades de cada opressão, na imediaticidade e mediaticidade das relações, sem perder de vista a emancipação humana, legitima a centralidade da liberdade, objetivo maior do movimento (GURGEL, 2009).

agir, o que todas nós sabemos que é um permanente desafio (SILVA, 2010, p.12).

Portanto, partindo dessa abordagem, quanto à importância para o movimento feminista da organização autônoma de mulheres e da diversidade do feminismo no Brasil, é indispensável para a análise aqui proposta construir uma investigação que leve a apreender a dinâmica dos grupos de mulheres inscritos na atual sociabilidade e dinâmica da noção de autonomia para o Movimento Feminista.

2 A noção de autonomia: contingências organizativas às mulheres de Natal (RN)

A autonomia que o feminismo prescinde ao se fazer sujeito será tomada aqui a partir de análises de sua dinamicidade na trajetória do movimento feminista. Gurgel (2004), nessa direção, relata que no interior dos movimentos sociais e libertários a autonomia tem sido enfrentada à medida que politicamente se relativiza, consequência da quase absoluta burocratização das lutas adequadas ao sistema de dominação. Isso porque a autonomia discutida por Paulo Freire, fundada numa leitura marxiana de análise da realidade, aponta homens e mulheres como seres sociais, sócio-histórico, “[...] capazes de comparar, de valorar, de intervir, de escolher, de decidir, de romper” (FREIRE, 1996, p.18), logo, de superar a dominação. A autonomia pressupõe, assim, reconhecer-se no mundo, na coletividade e na radicalidade do eu.

Para o feminismo, a institucionalização junto ao Estado obstaculiza esse complexo de capacidades autônomas. Não desconsiderando as mudanças conquistadas, fato é que esse feminismo estatalmente institucionali-

zado não rompe com as estratégias de dominação de sexo, “raça”/etnia e classe social. Dessa forma, o elemento autonomia, para o sujeito do feminismo, exige a superação desses espaços hegemônicos.

Ao longo do tempo, a noção de autonomia, para o feminismo, passou por importantes ressignificações, chegando a desfigurar-se no enfrentamento com a questão do Estado. Sua abordagem deve levar em consideração pelo menos três aspectos: a noção de liberdade, o reconhecimento da opressão e a ação coletiva das mulheres, como elementos que conferem um nexo interno às variadas dimensões ontológicas dos sujeitos de ação da práxis feminista (GURGEL, 2004, p. 100).

Pensar e fazer o feminismo estabelece um direcionamento de luta que, partindo da autodesignação das mulheres, irá conferir estratégias e táticas construídas na validade do velho e na aceitação crítica do novo. Na discussão de Freire (1996), pensar certo estaria, nesse sentido, orientado à disponibilidade ao risco de acolhimento crítico do novo e a perseverança de uma tradição que no tempo continua nova.

A trajetória feminista pelo elemento da autonomia expõe os conflitos desse “novo e velho” na dinâmica de um movimento social recente. Compreendendo as mudanças inerentes às décadas de 1980 e 1990 para o feminismo brasileiro, no que condiz a sua aproximação com o Estado, Gurgel (2014) trás ao debate da noção de autonomia as críticas do feminismo à “onguização”.

Em um primeiro momento, Gurgel (2014) aponta que o movimento feminista sofreu uma transformação em sua identidade a

partir do momento em que se institucionalizou. Isso teria reduzido politicamente e quantitativamente a base social do movimento de mulheres. Em seguida, a autora pontua que a transferência de decisões político-institucionais para as equipes de profissionais de ONGs confunde o papel de assessoria com o de representatividade. Um papel que deveria ser exercido por militantes feministas passa a ser desenvolvido por profissionais especializadas que fazem parte de equipes multiprofissionais, não necessariamente compostas apenas por feministas.

A perspectiva da representatividadeposta por essa institucionalização pode, assim, estabelecer um isolamento de ações (não dialógico). Para Gurgel (2004), essa perspectiva apresentava-se de forma problemática quanto ao reconhecimento da representatividade múltipla e da contradição identitária das ONGs feministas.

Tal contradição se estabelece entre os interesses de autodeterminação das mulheres e as relações institucionais construídas mediante financiamentos advindos de organismos como o FMI, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Mundial (GURGEL, 2014).

Contradicoriatamente, o processo de “onguização” e de cooptação de lideranças feministas, por diversos governos, contribuiu para que o feminismo reproduzisse a força ideológica desse sistema, ao desenvolver novos centros de poder de decisão, a partir das ONGs e dos espaços de conselhos, conferências e de negociação direta com o governo (GURGEL, 2014, p. 69).

Os anos de 1990 significaram à trajetória do feminismo, à sua luta emancipatória e ao fundamento da liberdade uma noção de autonomia deslocada da autodeterminação das mulheres, subordinadas a financiamentos e editais públicos, que consolidavam parcerias pontuais.

Ademais, a conjuntura de organização desses grupos marca a hegemonia ideológica individualista e mercantilizada da ofensiva neoliberal, tida como “saída” à crise iniciada nos anos 1970. Acerca desse cenário, Gurgel menciona que

[...] num contexto de descenso da organização popular e libertária, o feminismo dos anos de 1990 é marcado por um processo de transferência de campo de representação e tomada de decisão, sem, com isso se conseguir a construção de um coletivo total, o qual atuasse com as diversas dimensões de opressão que marcam as experiências das mulheres (GURGEL, 2004, p. 101).

Esse cenário de institucionalização feminista construído por pactos baseados no “possível” às conquistas do movimento e ao Estado em sua intervenção, enfraquece o caráter subversivo do feminismo diante de um sistema patriarcal-capitalista-racista, que é operado pelas organizações estatais. Assim como, perde de vista a diversidade de sujeitos que compõe a luta das mulheres, enquanto projeto de sociedade.

Em continuação, Gurgel (2004) reflete o fato de que a autonomia assume, primeiro, o nível de envolvimento do feminismo com o contexto social em que se realiza e a sua presença como movimento social e de

transformações culturais, entrelaçando-se com o reconhecimento da singularidade e da opressão específica ao grupo das mulheres.

Partido desses imperativos a noção de autonomia do Coletivo Autônomo Feminista Leila Diniz parece ser lançada em seu Manifesto publicado em 2014:

Surgimos da queda para o alto do Coletivo Leila Diniz. Processo que encerra a institucionalidade e traz a tona o fazer artivista desconcertante para o feminismo. Ocupamos o espaço de luta feminista coletivizada, horizontalizada e autogestionada em natal, no país e no mundo para transformá-lo (COLETIVO AUTÔNOMO FEMINISTA LEILA DINIZ, p. 1).

O Coletivo, assim, demarca a própria organização na sociedade, expressando-se como coletivo total, sob a leitura das diversas singularidades e sem hierarquização, compreendendo um processo de construção como sujeito coletivo de uma unidade diversa identitária.

O feminismo como coletivo total proporciona, portanto, a inclusão horizontalizada das demandas específicas que compõem o sujeito “mulheres”, tendo como princípio fundador a superação de sua reificação, apresentando historicamente as mulheres em sua diversidade (GURGEL, 2011, p. 108).

A autonomia enquanto elemento para organização de mulheres implica assumir compromissos com a coletividade, com a luta das mulheres, com o fim da opressão. Para Freire (1996, p. 23), na construção da autonomia “[...] a assunção se vai fazendo cada vez mais assunção na medida em que

ela engendra novas opções, por isso mesmo em que ela provoca ruptura, decisão e novos compromissos.”

Como assumido pelas mulheres do Coletivo Autônomo Feminista Leila Diniz:

A primeira reunião aconteceu logo após a Marcha das Vadias de 2013, tratava-se de reconhecer com solidariedade feminista e deixar vivo um legado de luta. De uma luta que ainda pulsava forte o suficiente para não se entregar ao capataz burocrático do estado, para não se permitir por fim. E aceitamos ocupar esse lugar, resistir e imprimir com liberdade e autonomia um novo rearranjo político (COLETIVO AUTÔNOMO FEMINISTA LEILA DINIZ, 2014, p. 1).

Compreendendo a validade da proposta de ação feminista exercida pelo Coletivo Leila Diniz enquanto ONG, o grupo, agora autônomo, com novas militantes, composto por novas experiências, constroe uma identidade que lhe permite realizar o caráter coletivo de sua representatividade.

É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser tal modo concreto que quase se confunde com a prática. O seu “distanciamento” epistemológico da prática enquanto objeto de sua análise e maior comunicabilidade de exercer em torno da superação da ingenuidade pela rigorosidade (FREIRE, 1996, p. 22).

A carta do CLD e também o Manifesto do Coletivo Autônomo Leila Diniz expõem a rigorosidade radical tomada pelo grupo

diante de sua organização autônoma, diante da necessidade de superação dos obstáculos que a institucionalidade trouxe e diante das novas experiências que não apenas são somadas ao feminismo, mas o reconstroi. Nessa perspectiva, elas proclamam:

E o mais importante, sabemos quem somos: somos todas Leila Diniz. Queremos de nós mesmas viver um feminismo orgânico e visceral, respaldado no autoconhecimento e autotransformação. Onde o pessoal é político, rejeitando a separação sexuada entre privado e público, uma separação que coloca a dominação exercida sobre as mulheres ao abrigo da crítica da autoridade arbitrária (COLETIVO AUTÔNOMO FEMINISTA LEILA DINIZ, 2014, p. 1).

Nessa esteira, Gurgel (2004) discute que a autonomia incorporada pelo feminismo se materializa na cidadania das mulheres, a qual não precisa ser recuperada, mas realizada, inventada, criada e formulada. Logo, a autonomia do sujeito feminista expõe o seu projeto contra-hegemônico de sociedade.

Freire (1996), ainda na mesma perspectiva, nos ajuda a compreender essa autonomia como um novo projeto civilizatório, humanista, emancipador. O projeto feminista (autônomo e libertário) seria pressuposto a organização de grupos de mulheres, enquanto projeto de sociedade, ações e estratégias de enfrentamento e resistência a toda desigualdade de sexo/sexualidade, ‘raça’/etnia e classe social sobre a vida das mulheres.

Pensar-se em relação ao mundo, como diz Paulo Freire (1996), e poder construir estratégias para a transformação prescindem o estranhamento, a negação, a rebeldia.

Somos todas descontentes e ávidas por liberdade e relações livres sem posse, nas quais a família e casamento são instituições construídas como um espaço de tirania e controle masculino, uma estrutura opressora do patriarcado não nos prende mais, renegamos, pois somos mesmo desnaturaladas com aqueles que tentam nos prender e nos submeter (COLETIVO AUTÔNOMO FEMINISTA LEILA DINIZ, 2014, p. 2).

Compreender-se sujeito e objeto nas tradições e antagonismo construídos em uma sociabilidade que barbariza as relações humanas, desvelando as abstrações dos sistemas de opressão e exploração, faz do feminismo um projeto político de desafio pedagógico para a transformação.

Assim, ser mulher configura-se como uma experiência compartilhada historicamente com a multiplicidade de mulheres, ainda que seja uma experiência singular para cada uma. Ou seja, para Camurça (2007, p. 3), as mulheres agem “[...] compartilhando uma visão comum sobre a explicação de sua própria condição e compartilhando formas de luta e articulação.”

Nesse sentido, elas acabam por estabelecer laços de sororidade, em suas dimensões prática, política e ética, na construção do sujeito feminista e de sua estratégia de fazer luta e superar a reificação, construindo, dessa forma, a autodesignação organizativa das mulheres.

Nossa política é sem receitas, nossa forma de falar é nossa, não somos acadêmicas, não renegamos os livros e seus aprendizados e encantamentos, contudo falamos sobre eles conforme nossas vivências e experiências de vida e luta cotidiana, isso é nossa referência para as nossas reivindicações, direito à cidade, intervenção urbana, à existência plena e livre (COLETIVO AUTÔNOMO FEMINISTA LEILA DINIZ, 2014, p. 2).

Nesse sentido, a autonomia organizativa dispõe da dialogicidade entre as experiências e as tendências que apontam no horizonte, compreendendo, conforme debatido por Freire (1996), a construção permanente do sujeito, de suas relações e da própria história e constituindo a luta diversa por uma nova sociedade, por novos valores.

Queremos dar visibilidade pública à opressão de gênero, raça e classe, transformando o mundo pelo feminismo. Por um mundo sem ordem, sem opressão, sem dominação, sem controle, sem exploração, sem colonização, sem civilização. Por um mundo livre! (COLETIVO AUTÔNOMO FEMINISTA LEILA DINIZ, 2014, p. 2).

A autonomia organizativa permite-nos, ainda, alcançar patamares de realização da liberdade, potencializando o fazer histórico humano de ser mais e estranhar, como disse Freire (1996). Nesse sentido, “[...] é com ela, a autonomia, penosamente construindo-se, que a liberdade vai preenchendo o espaço antes habitado por sua dependência. Sua autonomia que se funda na responsabilidade que vai sendo assumida” (FREIRE, 1996, p. 58).

O feminismo tem assim um papel revolucionário, do qual a história dos homens e das mulheres não pode prescindir, preenchendo, formulando, inventando os espaços, superando a opressão, os valores que o exploraram e desumanizam-no, bem como os que o discriminam. Opressões e valores estes que criam divisões desiguais, categorizações perversas e padronizadas que pouco dizem da realidade.

Dessa forma, o movimento feminista tem sido palco de novas expressões de luta, a luta das mulheres, no plural, na diversidade, na multiplicidade. O universo de mulheres, experiências e demandas, exige uma prática coerente, uma identidade unitária, que se faz na autonomia enquanto elemento ético.

Queremos construir um feminismo autônomo, libertário, comprometido com a liberdade, autonomia e reconhecimento da subjetividade, rompendo com as amarras neoliberais e com a opressão de gênero estruturante da sociedade, sem repressão às escolhas individuais, rejeitando por completo qualquer expressão de moralismo crítico setorial. Lutando com liberdade, de forma horizontalizada, autogestionada e apartidária (COLETIVO AUTÔNOMO FEMINISTA LEILA DINIZ, 2014, p. 2).

A luta feminista, em tempos neoliberais, pede por autonomia, em detrimento de uma relação neoliberal com o Estado e o grande capital, o qual condiciona as mulheres à escala mais alta de pobreza e miséria, de negação de direitos, submissão e extensiva exploração-dominação.

A luta das mulheres pede pelo feminismo, em seu elemento fundamental: a liberdade.

Comprometida com a interseccionalidade como horizonte político, por compreender que o feminismo não diz respeito apenas às mulheres, mas a toda forma de opressão, dominação e controle. Entendemos que não existe hierarquia de opressões, tanto a opressão de gênero, quanto a de raça, etnia e classe devem ser combatidas (COLETIVO AUTÔNOMO FEMINISTA LEILA DINIZ, 2014, p. 2).

Como projeto social o feminismo expõe sua luta contra a opressão, tendo como análise sua consubstancialidade, inscrita na realidade das mulheres, nas mais diversas relações e lugares do mundo. Saffioti (2004), nessa linha de pensamento, discute a importância de cada relação estrutural e suas contradições estarem enoveladas, fundidas, formando uma unidade de compreensão da ordem – que acaba por legitimar as relações capitalistas-patriarcais-racistas, assim como apontar um potencial de resistência e subversão – a qual chamou de ‘nó analítico’. Daí surge o entendimento de que a perspectiva de desmistificar a realidade vivida pelas mulheres não pode se privar dessa unidade.

Para tanto, é necessário um movimento de libertação das mulheres. Delphy, com base nisso, diz que tal movimento “[...] deve se preparar para uma luta revolucionária” (DELPHY, 2009 *apud* CISNE, 2013, p. 157). Para a autora a luta revolucionária é radical, não se limita a reformas e desenvolvimentismo, tendo em vista que a luta é pela derrocada/superação absoluta do patriarcado.

Paulo Freire (1996) nos possibilita a compreensão da autonomia com o processo do vir a ser, enquanto amadurecimento do ser

para si, a qual deve estar centrada nas experiências, na assunção, na dialogicidade, na ética, ou seja, em experiências respeitosas da liberdade.

Destarte, compreendendo que nas relações de opressão “[...] vislumbra-se a possibilidade de não apenas revoltar-se contra as relações pré-determinadas, mas de alterá-las” (IASI, 1999, p. 34), pensar essa dimensão dentro da hipótese das novas expressões do movimento de mulheres nos permitirá conhecer melhor a realidade contemporânea do movimento feminista.

Considerações finais

Podemos, nesse momento, considerar que a perda gradual de autonomia, sofrida pelo movimento feminista entre meados dos anos de 1980 até os anos 2000, consequência da relação de cooperação entre as ONGs feministas, o Estado e os organismos internacionais, é central aos rumos das lutas das mulheres tomados no último período, em específico no Brasil.

A profissionalização da militância, que se afasta do ativismo; as amarras dos financiamentos e editais, que esquartejam o projeto de transformação social; assim como a contraditória representatividade hierárquica exercida pelas ONGs, preocupadas em ajustar seus projetos à exigência das agências de fomento, expressam descaminhos para a construção de um movimento que articule a diversidade das experiências vividas pelas mulheres e potencialize a unidade enquanto sujeito político.

Dessa forma, é necessário compreender a transformação radical da sociedade e sua

imprescindível tomada da luta das mulheres, auto-organizada, horizontalizada e autodesignada. Secundarizar as particularidades de opressão sofrida pelas mulheres, em específico pelas trabalhadoras e não-brancas, ou tomar categorias de análises “sexualmente cegas”⁶ para pensar projeto revolucionário, não dá conta da superação absoluta da dominação patriarcal-racista.

Assim, analisamos o atual processo organizativo do Coletivo Autônomo Leila Diniz, como uma tendência para o novo período, compreendendo que a emergência dessa autonomia é também indicadora do esgotamento do espaço político institucional das ONGs enquanto espaços de correlações de forças. Isso porque a tentativa de reinventar espaços hegemônicos de dominação, apesar das conquistas simbólicas na dimensão da emancipação política do sujeito mulher, não propiciou as rupturas desejadas contra o “inimigo principal”⁷ – o patriarcado.

Todavia, o fundamento da autonomia na organização de mulheres pauta-se em inventar a cidadania das mulheres e construir sua história, dando um novo olhar aos fatos, aos antagonismos, às contradições e às desigualdades existentes nas relações entre os sexos, “raça”/etnia e classe social.

Referências

ÁLVAREZ GONZALEZ, Ana Isabel. **As origens e a comemoração do dia internacional das mulheres.** Tradução de Alessandra Ceregatti. São Paulo: Expressão Popu-

lar; Sempreviva Organização Feminina (SOF), 2010.

CAMURÇA, Silvia M. S. ‘Nós mulheres’ e nossa experiência comum. **Cadernos de Crítica Feminista**, Recife: SOS Corpo, ano 1, n. 0, 2007.

COLETIVO LEILA DINIZ (CDL). **Carta para amigas/os e parceiras/os**. Natal, 2013.

CISNE, Mirla. **Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil**. 2013. Tese (Doutorado em Serviço Social)-Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2013.

COLETIVO AUTÔNOMO FEMINISTA LEILA DINIZ. **Manifesto do coletivo autônomo feminista Leila Diniz**. 5 ago. 2014. Disponível em:
<https://www.facebook.com/ColetivoLeilaDiniz/posts/706700192716777>. Acesso em: 13 set. 2014.

COSTA, Ana Alice Alcantara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**, Niterói, v. 5, n. 2, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

GODINHO, Tatau. Democracia e política no cotidiano das mulheres brasileiras. In: **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

⁶Expressão de Heidi Hartman, citada por Souza-Lobo (2010).

⁷Livro de Delphy, um marco na direção do movimento feminista dos anos de 1960.

GURGEL, Telma. Feminismos no Brasil contemporâneo: apontamentos críticos e desafios organizativos. **Revista Temporalis**, Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 57-76, jan./jun. 2014.

GURGEL, Telma. O feminismo como sujeito coletivo total: a mediação da diversidade. **Cadernos de Crítica Feminista**, Recife, ano 5, n. 4, dez. 2011.

GURGEL, Telma. Feminismo e luta de classe: a auto-organização das mulheres pela história. In: **Caderno de debates: Consulta Popular e Feminismo**, n.1, 2009.

GURGEL, Telma. Feminismo e Liberdade. **Universidade e Sociedade**, Brasília (DF), ano 14, n. 43, p. 99-109, out. 2004.

IASI, Mauro Luís. **Processo de consciência**. São Paulo: Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro, 1999.

NOVO JORNAL. **Ato político e cultural celebra 13 anos do Coletivo Leila Diniz**. 31 jul. 2014. Disponível em:
<<http://www.novojornal.jor.br/noticias/cultura/1233>>. Acesso em: 13 set. 2014.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente).

SILVA, Carmen. Os sentidos da ação educativa no feminismo. In: SILVA, Carmen. (Org.). **Experiência em pedagogia feminista**. Recife: SOS Corpo; Instituto Feminista para a Democracia, 2010.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e**

resistência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.